

arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 27 Número 68

3 de junho de 2019

ISSN 1068-2341

Formação de Professores em Educação Especial no Período da Ditadura Civil-militar no Estado do Pará

Ivanilde Apoluceno de Oliveira

Universidade do Estado do Pará - UEPA



Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

Universidade do Estado do Pará - UEPA

Brasil

Citação: Oliveira, I. A., & França, M. P. S. G. S. A. (2019). Formação de professores em Educação Especial no período da ditadura civil-militar no Estado do Pará. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(68). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.4472>

Resumo: Neste artigo analisa-se a formação de professores no período de ditadura civil-militar, em especial, nos anos de 1964 a 1985, no Estado do Pará. O foco é para o Curso de Pedagogia, habilitação em Deficiência Mental – DM, da Universidade do Estado do Pará, único curso com esta habilitação na Região Norte. Qual o contexto em que foi criado o Curso? Quais as bases teórico-metodológicas da Habilitação Educação Especial? Com que finalidade foi criado? Estas questões norteiam o desenvolvimento do estudo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com levantamento de diversas fontes como a legislação educacional e o projeto pedagógico do curso. Este estudo oportuniza explicitar os acontecimentos deste período e seus efeitos na atual política de Educação Especial. Entre os resultados destaca-se que: o período da ditadura civil-militar incorporou uma política educacional tecnicista voltada para o mercado de trabalho, que contribuiu para consolidar a política de integração no campo da Educação Especial, com uma educação de bases psicológicas e terapêutico-clínicas.

Palavras-chave: Educação Especial; Formação de Professores; Ditadura Civil-Militar; Estado do Pará

Teacher training in Special Education during the civil-military dictatorship of Pará State

Abstract: This paper aims analyze teacher training during the civil-military dictatorship in Pará State from 1970 to 1985. The focus is on the Pedagogy Course, Habilitation in Mental Disability – MD at Pará State University, the only course of this type in the northern region of Brazil. The authors ask: what was the context in which the course was created? What was the theoretical-methodological basis of this Special Education course? Who was created for? These questions steer this study, based on bibliographic and documental research, and surveys sources about educational legislation and pedagogic projects of this course. This study attempts to explain the context of the course and its effects on the politics of Special Education. Among the results, it is worth noting that the civil-military dictatorship incorporated a technical education policy focused on the labor market, which contributed to consolidating the integration policy that placed the field of Special Education within psychological and therapeutic-clinical education.

Keywords: Special Education; Teacher Training, Civil-Military Dictatorship; Pará State

Formación de profesores en Educación Especial en el período de la dictadura civil-militar en el estado de Pará

Resumen: En este artículo se analiza la formación de profesores en el período de dictadura civil-militar, en especial, en los años 1970 a 1985, en el Estado de Pará. El foco es para el Curso de Pedagogía, habilitación en Deficiencia Mental - DM, de la Universidad del Estado de Pará, único curso con esta habilitación en la Región Norte. ¿Cuál es el contexto en que se creó el Curso? ¿Cuáles son las bases teórico-metodológicas de esta habilitación Educación Especial? ¿Con qué propósito fue creado? Estas cuestiones orientan el desarrollo del estudio. Se trata de una investigación bibliográfica y documental, con el levantamiento de diversas fuentes como la legislación educativa, el proyecto pedagógico del curso. Este estudio ofrece oportunidades de explicitar los acontecimientos de este período y sus efectos en la actual política de Educación Especial. Entre los resultados se destaca que: el período de la dictadura civil-militar incorporó una política educativa tecnicista orientada al mercado de trabajo, que contribuyó a consolidar la política de integración en el campo de la Educación Especial, con una educación de bases psicológicas y terapéutico-clínicas.

Palabras-clave: Educación Especial; Formación de profesores; Dictadura civil-militar; Estado de Pará

Introdução

Neste artigo analisa-se a formação de professores, no campo da Educação Especial, no período de ditadura civil-militar, especificamente, nos anos de 1964 a 1985, no Estado do Pará. O foco do estudo é para o Curso de Pedagogia, habilitação em Deficiência Mental – DM, da Universidade do Estado do Pará (Uepa) e que se constituiu no único curso com Habilitação em Educação Especial na Região Norte do Brasil, fato ausente na historiografia da Educação Especial brasileira.

A habilitação em Educação Especial do Curso de Pedagogia em uma universidade pública do Estado do Pará, no período de ditadura civil-militar, e de transição de políticas educacionais torna-se importante investigar, porque vai contribuir para a análise da trajetória histórica da Educação Especial, em nível superior, neste Estado, trazendo para debates a formação do professor neste contexto sociopolítico e educacional.

Este estudo torna-se importante, também, pelo fato de oportunizar identificar como o pedagogo era formado, para que finalidade, bem como explicitar os acontecimentos deste período da ditadura civil-militar e seus efeitos na atual política inclusiva de Educação Especial.

As questões que norteiam o desenvolvimento deste artigo são: qual o contexto em que foi criado o Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará? Quais as bases teórico-metodológicas da habilitação em Educação Especial do Curso de Pedagogia? Com que finalidade essa habilitação foi criada?

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, envolvendo o levantamento de diversas fontes sobre a legislação educacional e o projeto pedagógico do curso pesquisado. Na organização do texto utilizou-se o processo de categorização temáticas.

Apresenta-se inicialmente o contexto histórico da Educação Especial no Estado do Pará no período de 1964 a 1985 e, em seguida, a Formação de Professores da Educação Especial no Estado do Pará, analisando tanto a criação quanto a trajetória formadora e curricular do Curso de Pedagogia – Habilitação DM da Universidade do Estado do Pará.

Contexto Histórico da Educação Especial no Estado do Pará, no Período da Ditadura Civil-militar (1964-1985)

No Pará, a educação especial como política educacional tem origem no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 e apresenta o atendimento educacional como “educação dos excepcionais” ou “educação de deficientes”. Antes desse período, existiam as campanhas educativas (Mazzotta, 1996).

Nos anos 1960 começam a ser criadas escolas especializadas, entre as quais a Escola de Educação de Surdos-Mudos Astério de Campos, que foi criada, em Belém do Pará, em 21 de outubro de 1960, sendo vinculada à Secretaria de Estado de Educação, em 1967, com a denominação Instituto Professor Astério de Campos. Para Bentes (2010, p. 74), a fundação dessa instituição foi “decorrente da formação das professoras no Rio de Janeiro e a Campanha de Educação de Surdos Brasileiros no governo de Juscelino Kubitschek”.

De 1960 a 1968 predominou nesta instituição a Pedagogia Emendativa, que consistia em desenvolver nos alunos a linguagem oral e a fornecer uma formação profissional.

Januzzi (2006, p.70) registra que a partir dos anos 1930 a política de atendimento de pessoas com deficiência foi denominada de ensino emendativo, cuja expressão significa “corrigir falta, tirar

defeito” e “suprir falhas decorrentes da anormalidade”, conforme referência de Armando Lacerda. Há neste sentido, um olhar terapêutico, visando superar a deficiência.

Segundo Mendes (2010), com a Lei 4.024 de Diretrizes e Bases, criada em 20 de dezembro de 1961, surge a expressão “educação de excepcionais” e esta lei torna-se marco inicial das ações oficiais do poder público na área da Educação Especial no Brasil.

Com o golpe militar, em 1964, segundo Mendes (2010, p. 100) se instaurou: a ditadura, no qual foram acentuados o processo de desnacionalização da economia, a concentração de renda, a repressão das manifestações políticas, o êxodo rural, os problemas urbanos e o empobrecimento da população. As reformas educacionais deste período atingiram o ensino superior resultando na perda de autonomia da universidade, sem, entretanto, eliminar o dualismo escolar. Neste período ocorreu um processo até então sem precedentes de privatização do ensino, agora já sob a mentalidade empresarial.

No período da ditadura civil-militar é estabelecida como política oficial do Ministério de Educação (MEC) a educação tecnicista, que se fundamenta no positivismo, funcionalismo e na psicologia behaviorista, cujo objetivo educacional era preparar para o mercado de trabalho. O olhar era para a operacionalização do trabalho pedagógico, por meio dos métodos e técnicas de ensino, visando a uma eficiência técnica e uma produtividade no ensino.

Oliveira (2006, p. 109) explica que, pela técnica, o aluno aprende a fazer, isto é, recebe informações por meio de estratégias metodológicas facilitadoras para executar as tarefas educativas. Na educação tecnicista, a função da escola é a de “preparar indivíduos competentes para o mercado de trabalho, visando a especialização técnica e a profissionalização do ensino para o trabalho produtivo da sociedade capitalista”.

Saviani (1983, pp. 15, 18) destaca que a pedagogia tecnicista com base na neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, “advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional”. O que importa nesta pedagogia é “aprender a fazer”.

Essa pedagogia tecnicista vai orientar também a política da Educação Especial em nível nacional, a qual ficava restrita aos institutos especializados e a algumas iniciativas de integração da pessoa com deficiência no ensino regular. No Estado do Pará a Educação Especial foi efetivada por meio da classe braille, do ensino itinerante e da classe especial, além de convênios firmados com a Fundação Pestalozzi, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e escolas profissionais para treinamento ocupacional de pessoas com deficiências¹ (Pará, 1996).

No Estado do Pará a primeira classe em braille foi criada, em 1966, no Grupo Escolar José Veríssimo, e, em 1968, foram criadas as classes especiais, que se expandiram para todo o Estado, nos anos 1970 e 1980 (Pará, 1996).

Na década de 1970 é estruturada na Secretaria de Educação a Assessoria de Educação dos Excepcionais que compreende:

o serviço de educação nas áreas de DM, DV e deficiência auditiva – DA e os serviços de avaliação e triagem, voltado para o estudo de todos os casos encaminhados à Assessoria. Esses serviços ficaram responsáveis pelo planejamento, controle e avaliação das atividades da educação especial com abrangência nas instituições especializadas José Álvares de Azevedo e Astério de Campos, nas classes especiais da

¹ O interesse era mais com a formação profissional do que com o processo de escolarização do público da Educação Especial.

rede regular de ensino da capital e na Escola conveniada Lourenço Filho (Pará, 1996, p. 15).

Nessa década, começam a se organizar setores na rede pública para definição e gerenciamento da política de Educação Especial.

A Lei federal n.5692/71, deflagrada pelo regime militar, define no Artigo 9º, tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais e os que se encontram em “atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”.

Com vistas a atender o que estabelece a Lei 5.692/71, sobre a Educação Especial, é criado em 14 de julho de 1972, no Pará, o Centro de Educação Especial, órgão normativo, fiscalizador e disciplinador das políticas de educação especial do estado. As atividades desenvolvidas por esse Centro, no ano de 1973, compreendiam: curso de formação de professores primários de 1º grau especializado na educação de deficientes visuais, deficientes mentais e deficientes auditivos; instalação na capital do estado de novas classes especiais de treinamento precoce e de treinamento de fala, atendimento de excepcional no ensino supletivo e implantado o serviço de Educação Especial em Santarém (Pará, 1996).

O Centro de Educação Especial – CEDESP foi criado, em 1972, sendo responsável pelo gerenciamento da política do governo do Estado na área da Educação Especial, incorporando os Institutos José Álvares de Azevedo e Astério de Campos como Unidades Técnicas. Implanta-se, também, o primeiro polo de interiorização de Educação Especial na área de DV, em Santarém, criando-se novas salas de recursos e ocorrendo a expansão do ensino itinerante e da capacitação de recursos humanos, por meio de cursos, seminários e outros eventos (Pará, 1996).

A partir dos anos 1970, também, se amplia o atendimento educacional para os superdotados, deficientes físicos e os que apresentam problemas de condutas (PC), em função da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que no Artigo 9º estabelece como público da Educação Especial “os alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrassem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula, além dos superdotados (Mendes, 2010, p. 100).

No Pará realiza-se a colocação no mercado de trabalho dos primeiros cegos reabilitados e, em 1976, a elaboração de um projeto experimental para atendimento aos superdotados, que passou a ser em 1981, um Programa oferecido nas salas de recursos. Os atendimentos aos deficientes físicos e aos que apresentam problemas de condutas (PC) foram implementados no Pará, somente no ano de 1989 (Pará, 1996).

Bentes (2010) explica que a fase de Integração “dos alunos especiais”, no Estado do Pará, ocorreu em função de alguns fatos: a instalação da primeira sala de recurso; a criação das primeiras classes especiais; a institucionalização do professor especializado; por meio do ingresso dos primeiros alunos em uma escola profissionalizante e a criação da Assessoria dos Excepcionais. E a política de integração atendia às diretrizes nacionais da Educação Especial: “*participação* (todos os setores da sociedade envolvidos); *integração* (esforços para integrar o educando com necessidades especiais na sociedade), *normalização* (viabilizar a vida normal aos educandos com necessidades especiais); *interiorização* (expansão do atendimento ao interior valorizando as iniciativas comunitárias) e *simplicificação* (opção por alternativas simples e com qualidade; Mazzotta, 1996).

A educação especial, então, nos anos 1970 a 1990, apresentava uma política de caráter assistencial e terapêutico, denominada de “integração”, que visava ao atendimento especializado de pessoas com deficiência, no ensino regular, em classes especiais, tendo por base o diagnóstico clínico e psicopedagógico do educando. Política que, segundo Bueno (1999), fundamentava-se em uma abordagem individualista, porque dependia das condições pessoais da criança para ser integrada na escola, bem como de um diagnóstico médico sobre a deficiência e de uma avaliação psicopedagógica centrada nas possibilidades de adaptação do deficiente ao processo escolar.

Assim, ingressavam na escola, apenas os psicopedagogicamente “educáveis” e estes eram segregados, em classes especiais, sofrendo processos de discriminação e exclusão social. O ensino tinha caráter predominantemente terapêutico e com forte influência da psicologia, sendo os deficientes denominados de “excepcionais”.

Com base na política tecnicista, em 1979, no Pará, o Centro de Educação Especial-CEDESP cria em sua estrutura a Unidade Técnica de habilitação profissional de Deficiência Mental Yolanda Martins e Silva, visando preparar os alunos deficientes intelectuais para o mercado de trabalho (Pará, 1996).

É importante destacar ter sido a Rede Estadual de Educação que implantou a política de integração no Estado do Pará, porque somente em 1997, que a Educação Especial foi estruturada, na Rede Municipal de Belém, tendo já como referência a educação inclusiva (Oliveira et al, 2004).

A década de 1980 se configura em um momento de transição entre a política de integração dos anos 1970 e a política de inclusão que seria implantada oficialmente nos anos 1990. Consiste em momentos de problematização do modelo tecnicista de educação, por meio de debates das tendências progressistas de educação, cuja função da escola é a formação para o exercício da cidadania e para um pensar crítico, bem como da política de integração, por seu caráter segregador via as classes especiais, desviando-se o olhar do terapêutico para o pedagógico e do psicológico experimental e comportamental para o social e político.

É neste momento de transição na política da Educação Especial que é criado na Universidade do Estado do Pará o Curso de Pedagogia – Habilitação DM, em 1984.

Formação de Professores da Educação Especial no Estado do Pará: O Curso de Pedagogia – Habilitação DM da Universidade do Estado do Pará

No final da década de 1970, segundo Mendes (2010), foram ofertados os primeiros cursos de formação de professores em nível superior e os primeiros programas de pós-graduação na área da Educação Especial.

No Estado do Pará a trajetória da Educação Especial aponta que, após a formação de professores, no antigo Estado da Guanabara, é que os professores, ao retornarem a Belém, efetivaram a criação do atendimento educacional de pessoas cegas, surdas e deficientes mentais. Não existia, por conseguinte, nem atendimento educacional para essas pessoas nem formação de docentes. Somente em 1973, ocorreu a oferta do primeiro Curso de Formação de Professores de 1º grau Especializado nas áreas de deficiência visual, mental e auditiva. Este Curso, em nível de segundo grau, foi ofertado para professores dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Amapá (Pará, 1996).

A partir deste ano, afirma Bentes (2010), citando Oliveira, que existiam duas exigências para o professor atuar na Educação Especial: (1) ter o magistério em nível de segundo grau, comprovando ter cursado a disciplina “Metodologia do Ensino da Educação Especial” e (2) ter cursado os “Estudos Adicionais”, que era ofertado pela Secretaria de Educação no Instituto de Educação do Pará.

Os Estudos Adicionais, direcionado para a escolarização de alunos surdos, eram constituídos por disciplinas terapêutico-clínicas, pedagógicas, psicológicas, artísticas, históricas e de serviço social, de caráter assistencialista e terapêutico, entre as quais:

- i) Anatomia e Fisiologia do Aparelho Auditivo e Sistema Nervoso - Patologia do Aparelho Auditivo - Audiometria e Aparelhagens;
- ii) Metodologia Especial - Logopedia;
- iii) Prática de Ensino;
- iv) Elementos de Fonética Aplicada - Impostação da Voz;
- v) Psicologia Evolutiva e da Criança Excepcional;
- vi) Noções de

Psicometria; vii) Noções de Psicologia da Linguagem; viii) Atividades Artísticas: Arte Aplicada - Desenho - Recursos Audiovisuais - Escolinha de Arte; ix) História da Educação do Surdo; x) Serviço Social: importância da Assistência Social ao Surdo (Bentes, 2010, p. 78).

Segundo Bentes (2010), a realização dos cursos de estudos adicionais durou até 1995, quando a Lei de Diretrizes e Bases de Nº 9.394/96 estabeleceu a exigência da formação inicial em nível superior para atuar na educação básica.

Em decorrência da Reforma Universitária instituída pela Lei 5.540/68, em 1969, foi aprovada no Conselho Federal de Educação nova regulamentação ao curso de Pedagogia de autoria do Professor Valnir Chagas, o Parecer CFE N.252/69, que previa a formação de especialistas por meio de habilitações e visava à formação de professores para o magistério do ensino normal e para atividades de orientação, supervisão, inspeção e administração escolar, sendo constituído por uma parte comum, pautado em disciplinas básicas de formação para qualquer profissional da área e uma parte diversificada, com disciplinas das habilitações específicas.

A Faculdade de Educação da Fundação Educacional do Pará (FEP), atual Universidade do Estado do Pará, cria em 1984, e implanta em 1987, o Curso de Pedagogia com habilitação em Educação Especial – DM, na cidade de Belém, que vem se constituir no primeiro curso de formação em Educação Especial, em nível superior da Região Norte, no Brasil.

Para subsidiar a criação do curso foi realizado, em 1983, um seminário sobre a formação do educador envolvendo instituições educacionais do Estado, cujas conclusões em relação ao desempenho do educador foram:

- Dicotomia entre a formação recebida e a realidade social e cultural onde atuam;
- Ausência de uma visão global da educação brasileira e dos sistemas de ensino particular;
- Falta de capacidade para análise crítica;
- Despreparo em relação às metodologias aplicáveis aos diferentes níveis de ensino;
- Superficialidade de conhecimento quanto a filosofia da educação, teorias da aprendizagem, planejamento educacional e dos procedimentos científicos de pesquisa;
- Formação insuficiente quanto à aplicação teoria e prática;
- Falta de competência na utilização de métodos, técnicas e recursos auxiliares ao ensino que estimulem a participação do aluno;
- Divórcio entre o ensino e a vivência do aluno;
- Inexistência de aptidão específica para o desempenho da função docente (Pará, 1984a, p. 5).

Após a análise das questões levantadas no Seminário foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação proposta de implantação do Curso de Pedagogia voltado para a Habilitação Magistério. Entretanto, o Conselho Estadual de Educação emitiu o seguinte parecer:

O Curso de Pedagogia para ser autorizado deverá ter duas habilitações e não só a de magistério, nos termos do Parecer no 590/70-CFE, não sendo aconselhável fazer funcionar:1) habilitação para o exercício da 1a a 4a série do 1o grau, cuja formação de professores deve ser em nível de 2o grau, como vem ocorrendo;2) Educação Especial, como estudos adicionais para a formação de professores,

porque em nível superior, como Curso de Educação de Excepcionais formará apenas técnicos e assessores;3) Magistério das disciplinas pedagógicas do 2o grau, porque existem cursos com essa finalidade na Universidade Federal do Pará e nas Faculdades Integradas do Colégio Moderno (Pará, CEE, 1984b).

Assim, mediante esse parecer, redefiniu-se as habilitações do Curso de Pedagogia para o Magistério das disciplinas pedagógicas do 2º grau; Administração Escolar e Educação Especial -DM.

O desenho curricular era constituído por disciplinas: básicas, de fundamentos gerais da educação; profissionalizantes, comuns a todas as três habilitações, e específicas, vinculadas à Educação Especial – DM, com a carga horária total de 2.850 horas, correspondendo ao total de 38 disciplinas. A oferta do curso era anual por blocos semestrais (Pará, 1989).

O interessante deste desenho curricular é que nas disciplinas profissionalizantes, as disciplinas da Habilitação em Educação Especial: “Fundamentos da Educação Especial” e “Psicologia do Excepcional” foram ministradas nas duas outras habilitações, bem como disciplinas de outras habilitações foram ofertadas na Educação Especial.

Quadro 1

Disciplinas Básicas do currículo da Habilitação em Educação Especial

Disciplinas Básicas	
Língua Portuguesa e Comunicação	Biologia da Educação
Introdução à Educação	Estudos de Problemas Amazônicos I e II
Introdução à Filosofia	Educação Física
Introdução à Psicologia	Sociologia da Educação I e II
Introdução à Sociologia	Filosofia da Educação I e II
Fundamentos da Matemática	História da Educação
Ciência Política	História da Educação Brasileira

Fonte: Pará, 1994.

Quadro 2

Disciplinas Profissionalizantes e Específicas do Currículo da Habilitação Educação Especial

Disciplinas profissionalizantes	Disciplinas Específicas – Habilitação Educação Especial - DM
Psicologia do Desenvolvimento	Anatomia e Fisiologia do Sistema Nervoso do Excepcional
Psicologia da Aprendizagem	Fundamentos da Educação Especial
Estatística aplicada à Educação	Psicologia do Excepcional
Planejamento Educacional	Métodos e Técnicas da Educação do DM I
Currículos e Programas	Fundamentos da Educação Especial II
Tecnologia Educacional	Métodos e Técnicas do DM II
Didática	Psicopatologia Aplicada à Educação
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus.	Diagnóstico e Ajustamento do DM
Pesquisa Educacional	Problemas Específicos da Aprendizagem
Relações Interpessoais	Prática de Ensino

Fonte: Pará, 1994.

O currículo estava estruturado em uma base de formação pedagógica comum a todas as habilitações. As disciplinas básicas (44,7%), somadas às profissionalizantes (26,3%), correspondiam a 71% e apontavam para uma formação predominantemente pedagógica, com ênfase nas disciplinas de fundamento. Entretanto, apesar da formação pedagógica, filosófica e sociológica, mantinha-se o ideário tecnicista, por existir uma tendência de disciplinas para a área psicológica, com a oferta de 09 disciplinas nesta área de conhecimento. O currículo aponta, também, preocupação com a problemática regional, sendo discutidas questões sociais e educacionais na Amazônia por meio das disciplinas Estudos de Problemas da Amazônia I e II.

A habilitação em Educação Especial estava restrita à Deficiência Mental e nas ementas das disciplinas não foi observada referência à outras necessidades especiais: visuais, auditivas, físicas, etc.

Entre as disciplinas da Habilitação Educação Especial, destacam-se as que apresentam fundamentação psicológica e pedagógica, existindo apenas uma disciplina da área médica. Porém, o enfoque do psicológico é para o terapêutico-clínico e o pedagógico para o metodológico. Desta forma, as disciplinas apontam para a existência no currículo de uma visão educacional terapêutica preventiva e corretiva na Educação Especial associada à tendência tecnicista.

O referencial terapêutico vinculado à educação do excepcional está evidenciado nas denominações das disciplinas específicas: excepcional, deficiência mental, diagnóstico, ajustamento, psicopatologia e em suas ementas: normalidade, excepcionalidade, desvios, reabilitação, adaptação, triagem, diagnóstico, etc.

Oliveira (2002) explica que apesar da tendência terapêutica presente no currículo da Habilitação Educação Especial, os docentes expressam como concepção de educação: processo de formação da pessoa humana; construção humana compartilhada; consolidação de uma postura crítica e investigativa da realidade; transformação do indivíduo e da sociedade. Educação vista como desafio e busca de conhecimento e do vir-a-ser humano.

A autora destaca, também, que os docentes do curso de Pedagogia - Habilitação Educação Especial, já apresentavam em suas práticas, referenciais do paradigma inclusivo emergente, na medida em que trabalhavam assuntos pedagógicos, sociais, culturais, pessoais e políticos em torno de problemas de pessoas com deficiência no contexto educacional e social brasileiro; não restringiam o debate à “deficiência mental”; já utilizavam como referência, mas não exclusivamente, termos como “pessoa com necessidades especiais” e “portadores de necessidades especiais” e havia a preocupação com as possibilidades e os limites do educando deficiente no processo educativo.

Em termos de formação dos professores, ainda conforme a autora, discutia-se em reformular o Curso de Pedagogia – Habilitação Educação Especial, justamente por se visualizar elementos pedagógicos da educação inclusiva. Os debates apontavam para:

- a) Superação da especialização para uma formação global do educador para atuar no sistema formal de ensino e em diferentes contextos educacionais;
- b) O Curso de Pedagogia - Habilitação Educação Especial deveria ser constituído pelas diversas habilitações: Deficiência Mental (DM), Deficiência Visual (DV), Deficiência Auditiva (DA), Deficiência Física (DF) e Deficiência Múltipla;
- c) O Currículo deveria ser constituído por disciplinas de Fundamentos sobre a educação; disciplinas Integralizantes (teóricas e gerais) e disciplinas Profissionalizantes (formação específica organizadas por temas de pesquisas);
- d) O eixo do Curso de Pedagogia seria o Magistério (2º grau e Educação Especial);
- e) Enfoque pedagógico, centrado nas diferenças e no atendimento às necessidades dos portadores de necessidades educativas especiais (Oliveira, 2002).

Assim, os educadores do Curso de Pedagogia indicavam uma formação ampliada, contemplando a escola e espaços socioeducacionais, as várias habilitações, a pesquisa, o eixo no magistério e o enfoque pedagógico, rompendo com a visão terapêutico-clínica.

Desta forma, o currículo que vinha sendo construído pelos educadores é o concebido por Pedra (1997, p.13, 45 e 58), compreendido como “um modo pelo qual a cultura é representada e reproduzida no cotidiano das instituições escolares”, abrigando “as concepções de vida social e as relações que animam aquela cultura”. Porém, essa formação não foi concretizada, o Curso de Pedagogia, habilitação em Educação Especial foi extinto, em 2001², com a criação do novo Projeto Pedagógico, mantendo-se no Curso de Pedagogia uma formação geral, contendo algumas disciplinas da Educação Especial. Esta extinção foi inclusive anterior à Resolução CNE N° 01/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e que definia, no Artigo 10, a extinção das habilitações a partir de 2007.

O novo currículo tinha como objetivo: formar o pedagogo para o exercício da docência nas modalidades de Educação Especial: Deficiência Mental (DM), Deficiência Visual (DV), Deficiência Auditiva (DA), Deficiência Física (DF), Altas Habilidades (AH) e Condutas Típicas (CT); Educação Popular; Educação de Jovens e Adultos; Educação à Distância e Educação Continuada, para atuarem no campo Educacional, Social, Saúde, Empresarial e na educação formal e não-formal (Pará, 2001).

Conforme o Projeto Político-Pedagógico do Curso (Pará, 2001), a estrutura deste currículo é constituída por quatro eixos temáticos: (1) sociedade e educação; (2) cultura, saberes e educação; (3) currículo e gestão em educação e (4) práxis e educação. E, as disciplinas direcionadas para a formação em Educação Especial são quatro, estando distribuídas na organização curricular da seguinte forma: Fundamentos da Educação Especial, no eixo 2; Metodologia de Ensino aplicada à Educação Especial I, no eixo 3 e Metodologia do Ensino aplicada à Educação Especial II e Linguagens Especiais e Comunicação Humana, no eixo 4.

Assim, as disciplinas da Educação Especial estão contempladas em apenas três eixos curriculares, tendo um foco maior para as metodologias de ensino.

Essa mudança curricular é motivo de crítica, primeiro, porque foi realizada antes que fossem definidas as Diretrizes Curriculares do curso de formação da Educação Especial, que mantém a formação do educador especializado, além da formação de professores capacitados para atuarem no ensino comum. Segundo, porque ao ser extinta a formação específica do Curso de Pedagogia, passou a ser inserida a Educação Especial na formação geral do Pedagogo, não sendo considerada toda a trajetória construída pelos/as professores/as da Educação Especial. Com isso, o currículo ficou fragmentado em inúmeras disciplinas, entre as quais, algumas poucas de Educação Especial.

É importante destacar que os/as professores/as da Habilitação Educação Especial construíram desde a fase de implantação do Curso de Pedagogia uma história de luta e de problematização sobre o currículo do curso, indicando a necessidade de reformulação, mas sobretudo, desenvolvendo na prática pedagógica, ações direcionadas à educação inclusiva, diferenciadas do tecnicismo que estava estabelecido no currículo do curso.

Oliveira (2002) explica que os/as professores em suas práticas docentes demonstravam preocupação com uma formação humanista, ética e política, sendo abordados os conteúdos de forma cultural, histórica e sociológica, superando o foco na biologia e psicologia. Esses docentes, também, não restringiam o debate à deficiência mental, ampliando para outras deficiências, utilizando termos mais pedagógicos do que clínicos, bem como articulando a Educação Especial a

² Apesar de estar definida a temporalidade deste estudo de 1964 a 1985, consideramos importante explicitar o que ocorreu com o Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará, após a extinção da Habilitação Educação Especial – DM.

movimentos sociais, inclusive com a criação de fóruns de debates envolvendo as associações de pessoas com deficiência.

Se compararmos a quantidade de disciplinas direcionadas para a Educação Especial do currículo anterior, com uma única habilitação como foco, (09) para o atual (04), envolvendo 06 categorias de deficiências, percebemos que há uma demanda de disciplinas para contemplar a complexidade de temas e debates presentes no campo da Educação Especial.

Destaca-se, ainda, como consequência, que o corpo docente se dispersou, e junto, toda a trajetória histórica construída de Educação Especial na Região Norte do país. Com isso, a Educação Especial e a sua política de educação inclusiva vem sendo secundarizada no curso de Pedagogia. Observamos que pouco se discutem, nesse curso, temáticas específicas sobre a Educação Especial, e o Fórum de Educação Especial existente na Universidade do Estado do Pará, vinculado ao curso de Pedagogia, com o novo currículo foi extinto. Além disso, a Educação Especial, atualmente, está mais voltada para a surdez com os cursos de Letras Libras e Educação Bilíngue criados em 2017. Estes cursos relacionados à surdez são resquícios da Habilitação em Educação Especial da Universidade do Estado do Pará, provenientes de práticas de educadores que atuaram no Curso de Pedagogia e se especializaram e passaram a atuar na educação de surdos.

Oliveira, Giroto e Poker (2006, p.25) afirmam que a Resolução CNE N° 01/2006 desconsidera:

a história e trajetória de cada Unidade Universitária em relação às diferentes áreas de conhecimento e atuação do pedagogo, mais especificamente: ignora a devida formação e competência para lidar com a Educação Especial e com os processos diferenciados de ensino e aprendizagem, ao impor uma visão reducionista de Educação Especial, calcada no esvaziamento de seu domínio de conhecimento e na simplificação da ideia de uma Educação Inclusiva.

Assim, havia uma trajetória construída no curso de Pedagogia – Habilitação em Educação Especial que apontava o momento de transição para a educação inclusiva, visando a uma formação global do educador para atuar no sistema formal de ensino e em diferentes contextos educacionais, ampliando os estudos para a demanda do público da Educação Especial, não excluindo a formação especializada. Porém, com a extinção da Habilitação em Educação Especial, a formação generalista atual do Curso de Pedagogia atende, em parte, a demanda dos professores da rede regular de ensino, em função da fragmentação curricular, inclusive com a retirada das disciplinas de fundamentos, mas não forma o professor especializado que atua nas salas de recursos multifuncionais. Situação que reflete no atendimento educacional especializado nas escolas, cujos professores problematizam a formação inicial, por não terem acesso à formação específica das diferentes deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação, que caracteriza o público da educação especial. A opção política pela formação do especialista em Educação Especial, por meio de cursos *lato sensu*, não dá conta de uma formação qualificada dos professores para atuarem com as diferentes categorias de deficiência, pela falta de fundamentação teórica consistente, de estágios que possibilitem o exercício da prática docente, entre outros fatores.

Além disso, a educação inclusiva que vinha sendo alvo de reflexões e práticas dos educadores do Curso de Pedagogia deixou de ser um elemento articulador entre as habilitações, sendo, atualmente, apenas debatido nas disciplinas de Educação Especial ofertadas no Curso, ou seja, um assunto específico da Educação Especial.

Desta forma, o Curso de Pedagogia, Habilitação em Educação Especial da Universidade do Estado do Pará, reflete a situação da maioria dos cursos de Pedagogia, no período da ditadura civil-militar, constituído por um currículo de perspectiva tecnicista, um olhar mais terapêutico-clínico e

focado em apenas uma categoria de deficiência. Entretanto, na prática, os docentes do Curso de Pedagogia da UEPA já anunciavam estarem em fase de transição para uma educação inclusiva no âmbito da Educação Especial, ao buscarem superar a visão tecnicista e o olhar clínico, para uma educação humanista, crítica, e pedagógica, envolvendo uma formação que contemplasse todas as categorias de deficiências. É importante destacar a contribuição do Curso de Formação de Professores para a Educação Especial – Habilitação em Deficiência Mental, da Universidade Federal de Santa Maria, no debate nacional sobre a ruptura com o modelo terapêutico-clínico e o direcionamento mais didático à formação do/a professor/a da Educação Especial, e, principalmente, ao Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará, nos debates sobre a reformulação curricular.

Considerações Finais

No Estado do Pará as definições da política e do atendimento educacional do público da Educação Especial foram efetivadas conforme as legislações e atividades educacionais e de formação realizadas, em nível nacional, e, em especial, dos anos 1950 aos 1980, apenas na rede estadual de ensino. Só nos anos 1990 que a rede municipal de Belém oferta atendimento de Educação Especial, já nos parâmetros da educação inclusiva. Assim, no âmbito do Estado é que foram viabilizadas, no Pará, a política de integração, a implantação de setores de gestão pública e a criação do Curso de formação de professores via Pedagogia-Habilitação DM.

O período da ditadura civil-militar incorporou uma política educacional tecnicista voltada para o mercado de trabalho, que contribuiu para consolidar a política de integração no campo da Educação Especial, com uma educação de bases psicológicas e terapêutico-clínicas.

Em termos de formação de professores, o curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará, seguiu as diretrizes curriculares nacionais, mas desenvolveu estratégias que visavam atender às especificidades locais e regionais da Amazônia. Além disso, por ser o único na Região Norte, os seus professores foram construindo uma história de lutas e de problematização sobre o currículo do curso, criando novas práticas que a educação inclusiva indicava, apontando para a necessidade de reformulação do curso, que não foram consideradas no momento da extinção do currículo constituído pelas habilitações.

Desta forma, o Curso de Pedagogia sofreu reformulação curricular, com uma formação generalista, mas constituída por uma fragmentação curricular, incluindo a retirada de disciplinas de fundamentos da educação, sendo ofertadas poucas disciplinas da Educação Especial. Com isso, perdeu-se toda a trajetória que os professores vinham construindo no momento de transição da política de integração para a política de inclusão em nível nacional e local, caracterizada pela luta por uma formação geral e a manutenção de estudos sobre as especificidades da Educação Especial.

Atualmente, a Educação Especial está presente na Universidade do Estado do Pará voltada para a educação de surdos, por meio do Letras Libras e a Pedagogia Bilíngue, e toda a caminhada de formação para o atendimento educacional do deficiente intelectual no Curso de Pedagogia não foi levada adiante.

Assim, a Universidade do Estado do Pará mantém, ainda, um vínculo forte com a Educação Especial, sendo que nos anos 1970 a 1990, direcionada para a deficiência mental e, no contexto atual, para a educação de surdos, evidenciando o corte do que vinha sendo construído por educadores/as no Curso de Pedagogia – Habilitação Deficiência Mental, de realizar formação nas diversas categorias de deficiências, por meio de uma formação geral e de estudos sobre as especificidades da Educação Especial, atendendo ao público geral desta modalidade de ensino.

Referências

- Bentes, J. A. O. (2010). *Formas do trabalho docente em duas escolas especiais de surdos: Estudos históricos e de representações sociais*. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR.
- Brasil. (1961). *Lei n.4.024/61*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://legislação.planalto.gov.br>
- Brasil. (1971) *Lei n.5.692*, de 11 de agosto de 1971. Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://legislação.planalto.gov.br>
- Brasil. (1968). *Lei 5.540/68* de 28 de novembro de 1968. Brasília – DF. Ministério de Educação. Disponível em: <https://legislação.planalto.gov.br>
- Brasil. (1969). Parecer CFE N.252/69 de 11 de abril de 1969. *Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdos e duração para o curso de graduação em Pedagogia*. Brasília-DF: Conselho Federal de Educação. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pces425_98.pdf
- Brasil. (2006). Resolução N° 01 de 15 de maio de 2016. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, licenciatura*. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <https://legislação.planalto.gov.br>
- Bueno, J. G. (1999). Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: *Revista Brasileira de Educação Especial*. V3. N°5. São Paulo: ABPEE. Set., 7-25. Disponível: www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf.
- Jannuzi, G. M. (2006). *A educação do deficiente no Brasil: Dos primórdios ao início do século XXI*. 2e. Campinas- São Paulo: Autores Associados.
- Mazzotta, M. (1996). *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Mendes, E. G. (2010). *Revista Educación y Pedagogía*, 22(57), 93-109.
- Oliveira, A. A. S., Giroto, C. R. M., & Poker, R. B. (2006). Implementação das Políticas de Educação Inclusiva na Formação do Pedagogo. In: *Resumos da XI Jornada Pedagógica: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia*. Marília: UNESP.
- Oliveira, I. A. (2006). *Filosofia da Educação: Reflexões e debates*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Oliveira I. A. et al. (2004). *Inclusão Escolar nas Redes de Ensino Municipal e Estadual em Belém do Pará*. Caxambu: ANPED.
- Oliveira I. A. (2002). *Saberes, imaginários e representações na construção do saber-fazer educativo de professores/as da Educação Especial*. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Educação: currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC.
- Pará. (1984a). *Carta Consulta: Projeto de Implantação da Faculdade de Educação*. Belém: FEP-FAED.
- Pará. (1984b). *Processo No 029/84*. Belém: Conselho Estadual de Educação – CEE.
- Pará. (1994). *Estatuto e Regimento Geral da Universidade do Estado do Pará*. Belém: UEPA.
- Pará. (1996). *Uma Proposta para a Educação Especial no Estado do Pará*. Belém-Pará: SEDUC.
- Pará. (1989). *Documento de Reconhecimento do Curso de Pedagogia*. Belém: FEP-FAED.
- Pará. (2001). Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia. In: *Processo N° 01921/01-UEPA*. Belém: CONSUN-UEPA.
- Pedra, J. A. (1997). *Currículo, conhecimento e suas representações* (2 ed.). Campinas: São Paulo: Papirus.
- Saviani, D. (1983). *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

Sobre as Autoras

Ivanilde Apoluceno de Oliveira

Universidade do Estado do Pará - UEPA

nildeapoluceno@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-3458-584x>

Doutora em Educação pela PUC-SP. Doutorado sanduiche na UNAM e UAM-Iztapalapa – México. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Coordenadora do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire da Universidade do Estado do Pará - UEPA.

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

Universidade do Estado do Pará - UEPA

socorroavelino@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6974-2606>

Doutora em Filosofia, História e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do Grupo de pesquisa História da Educação na Amazônia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

DOSSIÊ

Políticas Públicas em Educação Especial em Tempos de Ditadura

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 27 Número 68

3 de junho de 2019

ISSN 1068-2341



O Copyright é retido pelo/a o autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação à revista **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Más informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e por AAPE/EPAA. AAPE/EPAA é publicada por *Mary Lou Fulton Institute Teachers College da Arizona State University*. Os textos publicados em **AAPE** são indexados por CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, Espanha) DIALNET (Espanha), [Directory of Open Access Journals](#), Education Full Text (H.W. Wilson), EBSCO Education Research Complete, ERIC, PubMed, QUALIS A1 (Brasil), Redalyc, SCImago Journal Rank; SCOPUS, SOCOLAR (China).

Curta a nossa comunidade EPAA's Facebook <https://www.facebook.com/EPAAAPE> e Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Kaizo Iwakami Beltrao, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV, Brazil), **Geovana Mendonça Lunardi Mendes** (Universidade do Estado de Santa Catarina), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch**, **Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Almerindo Afonso

Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz

Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco

Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá

Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins

Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes

Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira

Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Brasil

António Teodoro

Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner

Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Brasil

Lílian do Valle

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta

Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Brasil

Alda Junqueira Marin

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Dalila Andrade Oliveira

Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Angelica Buendia**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Antonio Luzon**, (Universidad de Granada), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Paula Razquin** (Universidad de San Andrés), **María Alejandra Tejada-Gómez** (Pontificia Universidad Javeriana, Colombia)

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner

Universidad Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma de México

Marco Antonio Delgado Fuentes

Universidad Iberoamericana, México

Inés Dussel, DIE-CINVESTAV,

México

Pedro Flores Crespo

Universidad Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) CONICET, Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca, España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

María Guadalupe Olivier Tellez,

Universidad Pedagógica Nacional, México

Miguel Pereyra

Universidad de Granada, España

Mónica Pini

Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP)

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de Colombia, Colombia

Mario Rueda Beltrán Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo, España

Jurjo Torres Santomé,

Universidad de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana, México

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales Santiago, Chile

Antoni Verger Planells

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés, Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

Cristina Alfaro
San Diego State University

Gary Anderson
New York University

Michael W. Apple
University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale
University of Toronto, Canada

Aaron Bevanot SUNY Albany

David C. Berliner
Arizona State University

Henry Braun Boston College

Casey Cobb
University of Connecticut

Arnold Danzig
San Jose State University

Linda Darling-Hammond
Stanford University

Elizabeth H. DeBray
University of Georgia

David E. DeMatthews
University of Texas at Austin

Chad d'Entremont Rennie Center
for Education Research & Policy

John Diamond
University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo
Albert Shanker Institute

Sherman Dorn
Arizona State University

Michael J. Dumas
University of California, Berkeley

Kathy Escamilla
University of Colorado, Boulder

Yariv Feniger Ben-Gurion
University of the Negev

Melissa Lynn Freeman
Adams State College

Rachael Gabriel
University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University
of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass
Arizona State University

Ronald Glass University of
California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross
University of Louisville

Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California
State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt University
of North Carolina Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland

Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester
Indiana University

Amanda E. Lewis University of
Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana
University

Christopher Lubienski Indiana
University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis
University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses
University of Colorado, Boulder

Julianne Moss
Deakin University, Australia

Sharon Nichols
University of Texas, San Antonio

Eric Parsons
University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton
University of Kentucky

Susan L. Robertson
Bristol University

Gloria M. Rodriguez
University of California, Davis

R. Anthony Rolle
University of Houston

A. G. Rud
Washington State University

Patricia Sánchez University of
University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of
California, Berkeley

Jack Schneider University of
Massachusetts Lowell

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist
University of Maryland

Benjamin Superfine
University of Illinois, Chicago

Adai Tefera
Virginia Commonwealth University

A. Chris Torres
Michigan State University

Tina Trujillo
University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller
University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol
University of Connecticut

John Weathers University of
Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner
University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley
Center for Applied Linguistics

John Willinsky Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth
University of South Florida

Kyo Yamashiro
Claremont Graduate University

Miri Yemeni
Tel Aviv University